

DUALIDADES PERIGOSAS*

Viviana A. Zelizer

Seccionando o mundo social em dois

A economista Deirdre McCloskey argumenta que os ocidentais organizaram suas concepções do bem em torno de virtudes mutuamente excludentes em termos de gênero: heroísmo versus santidade, esperança versus fé, coragem versus amor. A economia, queixa-se McCloskey, não apenas atraiu um número avassalador de praticantes masculinos, como também adotou uma perspectiva que assume que as virtudes masculinas são as que moldam o mundo de maneira mais profunda. Às virtudes femininas, nesta perspectiva, falta seriedade e responsabilidade (McCloskey, comunicação pessoal, janeiro de 2009; ver também McCloskey 2008; Nelson 2006).

Os economistas, na verdade, frequentemente dicotomizaram o mundo em mercado e não-mercado, racional e pessoal, eficiente e sentimental, macho e fêmea. Essas dicotomias tornam mais fácil desvalorizar a atenção cuidadosa, a produção doméstica e o trabalho das mulheres em geral. Este artigo vai tratar de três temas proximamente relacionados: 1) O fato de que, enquanto descrições e explicações sobre como o mundo econômico opera, esses esquemas (e/ou) são mais enganadores do que úteis; 2) Na verdade, a vida econômica rotineira e o comportamento organizacional encontram caminhos para a criação de relações sociais que ultrapassam essas fronteiras sem destruir a integridade da vida social; e 3) Contudo, as pessoas que usam tais dicotomias estão realizando um sério trabalho social: elas estão imprimindo distinções morais na paisagem social.

Para dar um foco à discussão, vou ilustrar estes temas com observações sobre o uso de moedas locais e sobre cuidados pessoais remunerados. Ambos merecem atenção como atividades nas quais as mulheres participam ativamente, que levantam questões sobre relações reais e pertinentes entre atividades econômicas e vida social rotineira, e para as quais trabalhos recentes revelaram a inadequação de esquemas (e/ou).

Poderíamos dizer que seccionar o mundo em duas esferas é apenas senso comum, não fosse o fato de que isto também obscurece nossa compreensão

sobre como a vida econômica — isto é, a produção, a distribuição e o consumo de bens de valor e serviços — realmente opera. A divisão do mundo em dois domínios incompatíveis demanda certo número de distinções que nos são familiares: empresas capitalistas versus economia informal; mercados perfeitos versus mercados imperfeitos; economias sérias versus economias triviais; e, aí de nós, atividade econômica masculina versus feminina. Mesmo as economistas mulheres frequentemente caem na armadilha de reproduzir essas dicotomias, argumentando, por exemplo, que a solução fundamental para as desigualdades de gênero está na admissão de mulheres em igual proporção nos mercados dominados pelos homens.

Não se trata apenas de simples preconceito masculino cego ou de confusão momentânea. Durante 200 anos os teóricos sociais se preocuparam com a incompatibilidade, a incomensurabilidade, ou a contradição entre relações de intimidade e relações impessoais. Desde o século XIX, os analistas sociais repetidamente assumiram que o mundo social se organiza em torno de princípios incompatíveis e que competem entre si: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, atribuição e realização, sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse próprio.

Dois argumentos complementares e parcialmente independentes estão andando juntos aqui. Podemos chamá-los de teorias das *esferas separadas* e dos *mundos hostis* (ver Zelizer 2005a; 2005b). A teoria das esferas separadas diz que há dois domínios distintos que operam segundo diferentes princípios: racionalidade, eficiência e planejamento, de um lado, e solidariedade, sentimento e impulso, do outro. Deveríamos, prossegue a teoria, esperar que diferentes resultados e compensações emergjam destes dois tipos de organização.

Sobre os mundos hostis, a teoria diz algo diferente: quando tais esferas entram em contato, contaminam uma à outra. Sua mistura, atesta a teoria, corrompe ambas; a invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental resseca aquele mundo, enquanto a introdução do sentimento nas transações racionais produz ineficiência, favoritismo, proteção aos amigos e outras formas de corrupção. Nesta perspectiva, existe uma aguda divisão entre as relações sociais íntimas e as transações econômicas, tornando qualquer contato entre as duas esferas moralmente contaminado. Dessa forma, a intimidade só prospera se as pessoas erigem barreiras eficazes em torno dela. Assim, continua o raciocínio, sistemas sociais bem ordenados mantêm os domínios separados.

As teorias duais ganharam força com as reações ao capitalismo industrial do século XIX. Embora os primeiros teóricos tenham levado em conta a coexistência da solidariedade e do interesse próprio, tanto os defensores

quanto os críticos do capitalismo industrial adotaram a premissa de que a racionalidade industrial estava retirando a solidariedade, o sentimento e a intimidade dos mercados, das empresas e das economias nacionais (Hirschman 1977; Tilly 1984). Enquanto isso, segundo a mesma linha de raciocínio, as famílias e as casas tornaram-se abrigos contra a dura realidade do trabalho diário em atividades econômicas. Ao mesmo tempo em que deploravam o avanço do capitalismo, celebravam-no, ou tratavam-no como um mal necessário, com seus defensores e críticos geralmente concordando com a ideia de contaminação: sentimentos dentro da esfera econômica geravam ineficiência e favoritismo, enquanto racionalidade na esfera sentimental destruía a solidariedade. Assim, uma forte separação das esferas convinha aos dois.

A teoria dos mundos hostis reapareceu seguidamente nas críticas contemporâneas da mercantilização. Não paramos de ouvir que a expansão das atividades de mercado em direção a um número cada vez mais amplo e variado de bens e serviços, que atinge as diversas culturas mundiais, está produzindo uma frustrante sujeição da espontaneidade, da criatividade e da particularidade a um único padrão racional. Dos livros de Robert Kuttner, *Everything for sale* (1996), e Robert Lane, *The Loss of Happiness in Market Democracies* (2000), até o de Jeremy Rifkin, *The Age of Access: the New Culture of Hypercapitalism Where All of Life is a Paid-For Experience* (2000), os críticos sociais têm se preocupado incessantemente com o que Rifkin chama de "choque entre cultura e comércio". Rifkin adverte:

Quando a maior parte das relações torna-se comercial, o que resta para as relações de natureza não-comercial [...] quando a vida das pessoas é reduzida a uma série de transações comerciais reguladas por contratos e instrumentos financeiros? O que ocorre com as relações recíprocas de tipo tradicional, nascidas da devoção, do amor e da afeição? (Rifkin 2000:112).

A resposta implícita de Rifkin: não resta nada, a não ser a fria racionalidade instrumental.

As implicações teóricas envolvidas nessa segregação são altas e duais. Por um lado, temos a teoria de que a vida social se divide de acordo com dois princípios organizadores separados e contraditórios; por outro, que o contato entre esses dois mundos corrompe ambos. O que está em questão são o valor, a potência e a compatibilidade de diferentes atividades econômicas. A esfera das doutrinas separadas alega existir uma divisão entre fenômenos econômicos sérios, tais como empresas e corporações, e fatos econômicos supostamente triviais e sentimentais, como trabalhos domésticos, microcréd-

ditos, associações rotativas de crédito, remessas de dinheiro de migrantes, penhores, doações e consumo.

Como descrições e explicações, as teorias das esferas separadas e dos mundos hostis são completamente falhas. Estudos atuais sobre espaços sociais concretos, que vão dos mercados de leilões aos trabalhos domésticos, não revelam nem esferas separadas nem mundos segregados hostis. O *gap* analítico entre intimidade e impessoalidade pode ser superado reconhecendo-se a existência de laços diferenciados que atravessam situações sociais particulares. Em todos os tipos de situações, das predominantemente íntimas às predominantemente impessoais, as pessoas diferenciam fortemente vários tipos de relações interpessoais, caracterizando-as com distintos nomes, símbolos, práticas e meios de troca.

Dentro de corporações extremamente poderosas, descobrimos redes pessoais de patrões e clientes que atravessam limites departamentais formais, assim como em todo o trabalho doméstico descobrimos extensos laços com agentes externos de produção, distribuição e consumo. Em trabalhos domésticos, por exemplo, os membros da família mantêm laços econômicos distintos não apenas com os outros, mas em relação a patrões, comerciantes locais, médicos, empresas de cartão de crédito, companhias de telefone e ao governo dos Estados Unidos. Tanto em empresas quanto em espaços domésticos, assim como em quaisquer outros, as pessoas constantemente administram múltiplos conjuntos de relações sociais.

Tudo isso pode parecer abstrato ou misterioso. Tais disputas sobre distinções e classificações tornam-se, entretanto, dramaticamente visíveis em disputas legais, quando as pessoas oferecem definições conflitantes sobre relações econômicas, e as cortes julgam distinções a partir de suas próprias concepções, frequentemente invocando mundos hostis de raciocínio. Lembrem-se, por exemplo, de como após a tragédia do 11 de setembro nos Estados Unidos vários parentes e companheiros das vítimas mortas nos ataques terroristas contestaram quais delas tinham direito a compensações financeiras pela perda dos serviços, da renda ou da atenção das vítimas.

Vejamos o caso de Mandy Chang, empregada do First Commercial Bank of Taiwan, que morreu no 78º andar da torre sul do World Trade Center. Seu marido sobrevivente, de quem era separada, James C. Burke, e sua mãe, Feng-yu, lutaram pelo direito de compensação junto ao Victim Compensation Fund do governo federal. Como Burke e Chang nunca se divorciaram, ele alegou ser seu herdeiro legítimo. Segundo os amigos dela, contudo, a única razão pela qual o casal ainda não tinha se divorciado era a relutância de Chang em envolver-se numa disputa legal e financeira. A mãe de Chang, que vivia com ela em Manhattan e foi declarada dependente

da filha, desafiou as demandas morais de seu genro à compensação. Seu advogado, Michael Cervini, tentou anular o casamento (Chen 2002). Como foi bem-sucedido, Burke não pôde mais dar credibilidade à sua alegação de perdas financeiras. Depois de uma dura barganha com Cervini, o marido separado aceitou uma soma menor e concedeu o grosso da indenização para sua sogra (Cervini 2004). Durante todo o processo, as partes entraram em conflito quanto às definições corretas de relações sociais que combinam intimidade e transações econômicas.¹

Moeda local

Para tornar claro o argumento, vamos considerar agora dois casos: moedas locais e cuidados pagos. Escolho-os em função de diferirem agudamente um do outro, já que envolvem claramente a atividade econômica de mulheres, porque seus participantes frequentemente invocam esferas separadas e mundos de raciocínio hostis, e porque sua operação real revela o significado de laços diferenciados. Mas em ambos os casos, como argumentarei ao final, as pessoas que invocam as esferas separadas e os temas de mundos hostis estão definindo fronteiras políticas, morais e sociais que merecem atenção e requerem ações. Meu objetivo de longo prazo é ajudar a construir descrições e explicações mais acuradas para apoiar ações mais eficazes em casos de injustiça e desigualdade envolvendo gênero.

Primeiro caso: o recente movimento de rápida proliferação de moedas locais na Europa e nas Américas. Numa reconstituição parcial de múltiplos circuitos monetários que existiram antes de os governos terem imposto moedas nacionais, muitas comunidades pelo mundo afora criaram nas últimas duas décadas suas próprias moedas locais. Durante o século XIX, lojas, empresas e outras organizações americanas frequentemente produziram sua própria moeda, na maioria das vezes como um meio de resolver a escassez de troco. Mesmo centros financeiros, agências de emprego, igrejas e bordéis algumas vezes lançaram suas próprias moedas.

Moedas locais, entretanto, situam-se unicamente dentro de territórios espaciais distintos. Além disso, diferentemente de suas predecessoras, muitas das novas moedas locais surgem de movimentos mais amplos visando escapar do que os participantes veem comumente como os efeitos corruptores das economias nacional e global.

Dos "green dollars" australianos aos "grain de sel" franceses, aos "Misthòs" italianos, aos Talent alemães, aos Tlaloc mexicanos, aos "creditos" argentinos, ou aos "Seeds" de Mendocino, California, as moedas locais

definem circuitos de comércio geograficamente circunscritos (ver Helleiner 1999, 2000; Rizzo 1999; Servet 1999). Estas moedas pertencem a grupos locais bem organizados, que atendem por nomes tais como *local exchange and trading schemes* (LETS), *systemes d'échange local* (SEL), *Banca del Tempo* (Bdt), *SRI (Sistema di Reciprocità Indiretta)*, *Club de Trueque*, *Tauschring* e *HOURS*. Em Fortaleza, Brasil, a cooperativa Palmas bank lançou a "PALMA", sua própria moeda local.

Embora alguns entusiastas imaginem que estes arranjos locais estão se livrando completamente do dinheiro, eles estão, na verdade, criando novas formas de dinheiro exclusivas de circuitos interpessoais específicos. Em cada uma dessas moedas locais, as mulheres desempenham uma parte preeminente na negociação das transações do dia-a-dia (ver e.g. North 2007:158-60).

Em relação a 2005, o economista francês Jerome Blanc estimou a existência em torno de 3.000 grupos usuários de moedas locais espalhados por aproximadamente 40 países — no Ocidente e também na América Latina e Japão — com cerca de meio milhão a um milhão de participantes (Blanc 2006:11). Esses sistemas monetários locais envolviam de meia dúzia a milhares de participantes. Observadores reportaram um total de 20.000 membros do LETS na Inglaterra, e 30.000 na França, um quadro que sugere uma média de cerca de 100 membros por circuito. As centenas de franceses que utilizam o SEL, por exemplo, variam de acordo com as redes que constroem; membros locais são encontrados entre engenheiros, entusiastas da ecologia, pessoas que deixaram a cidade para morar no campo e populações de baixa renda. Na cidade francesa de Pont-de-Montvert, dos 130 membros do SEL local, 15 eram crianças que trocavam brinquedos, livros e instrumentos musicais (Servet 1999:45).

Embora ninguém tenha olhado de forma comparativa para a composição detalhada dos sistemas monetários locais, as descrições disponíveis dão a impressão de que eles tendem a ser socialmente homogêneos e, ao cabo, de *status* relativamente elevado. Todos restringem a participação em certos aspectos. Na Alemanha, alguns circuitos *Tauschring* restringem a adesão aos mais velhos, aos deficientes físicos, aos estrangeiros ou às mulheres. Outros expandem seus circuitos para incluir comunidades inteiras ou empresas (Pierret 1999).

Da mesma forma, os sistemas locais de comércio também se especializam em diferentes conjuntos de bens e serviços. Na França, por exemplo, trocas urbanas em SEL concentram-se em transportes, serviços administrativos, educação, cuidados com o corpo e consultorias (Laacher 1999). Nas áreas rurais, por outro lado, os participantes negociam mais comumente produtos alimentícios, roupas, atividades de construção e conserto de má-

quinas. Significativamente, vários circuitos SEL banem as transferências de alguns bens e serviços considerados moral, ecológica ou politicamente incorretos. Entre as mercadorias banidas encontram-se as armas de fogo, os animais, as mercadorias manufaturadas explorando mão-de-obra do Terceiro Mundo e, em um caso, o livro de um membro sobre “como ficar rico rapidamente” (Bayon 1999:73-4).

Quando se trata de estipular um preço para os bens e os serviços trocados, os sistemas locais de comércio frequentemente rejeitam os preços de mercado praticados para negociar suas próprias tarifas. Em geral, o preço local reflete uma avaliação mais alta, feita pelos circuitos, de serviços que, na visão de seus membros, não são valorizados pelos mercados nacionais de forma adequada. Além disso, bens e serviços aparentemente equivalentes alcançam preços diferentes dependendo da avaliação entre as partes envolvidas. Em um relatório do Centre Walras, Etienne Perrot (1999:386) observa: “A personalidade do fornecedor e a dimensão afetiva das relações dentro do SEL levam o ‘cliente’ a pagar um ‘preço de amigo’ independente dos cálculos estritamente econômicos.” De modo semelhante, Bayon observa:

Não jogamos na cara um do outro as horas em que tomamos conta das crianças, ou que lemos histórias para elas [...] Ontem foi meu vizinho Jean-Paul quem tomou conta de meu filho, Helena é que veio ler “histórias aterrorizantes” para os menores etc. No centro do SEL [...] encontramos cadeias de troca e solidariedade misturadas e entretecidas por fios invisíveis visando ao bem comum. Jacques diz para Françoise que precisa de alguém para ajudá-lo nas tarefas domésticas, ou Françoise sabe que Pierre foi ajudado nisso por Luc etc. São pessoas que se unem para compartilhar a rotina do dia-a-dia (Bayon 1999:80-1).

Como resultado, prossegue Bayon:

A estrutura de “preços” na moeda SEL faria um economista comum gritar. Uma “mesma” hora (mas justamente não é a mesma) de passagem de roupas a ferro vai valer aqui 50 grão, ali 60 grãos, acolá 40 grãos etc. Um par de sapatos novos que tenha ficado grande, comprado por engano, vai valer aqui 100 grãos, ali 150 (Bayon 1999:81).

Da mesma forma, os membros do SEL, segundo Bayon, rejeitam preços que lhes pareçam moralmente excessivos, independente do quanto aquele bem ou serviço fosse custar em moeda nacional, fora do circuito.

Um subconjunto de sistemas monetários concentra-se nas transferências de serviços de cuidados pessoais entre pessoas com fortes compromissos

entre si. Uma variante distinta de troca de tempo apareceu na City's Womanshare de Nova York, um grupo só de mulheres restrito a 100 membros trocando suas habilidades. Nele, os membros recebem "créditos" do "banco" Womanshare a serem gastos em serviços para outros membros. Devotadas a "honrar o trabalho que as mulheres sempre fizeram sem receber crédito por isto",² as participantes, como descreve *The New York Times*, "plantaram os jardins umas das outras, cozinham para os casamentos das filhas das outras, visitaram-se em períodos de doença e sofrimento, tiraram férias juntas e aconselharam-se sobre mudanças de carreira ou de guarda-roupa" (Kaufman 1993).

Como esse conjunto de exemplos demonstra, as pessoas estão resolvendo problemas práticos por meio de moedas locais. Contudo, os ideólogos do movimento aceitam frequentemente as dicotomias das grandes esferas separadas e dos mundos hostis, argumentando que estão criando uma esfera comunitária protegida, muito distinta da implacável economia externa, e não contaminada por ela. Por exemplo, Edgar Cahn (2001), criador da moeda Time Dollars, advoga a superioridade moral do rígido sistema de horas de seu grupo nos seguintes termos:

Os Time Dollars [...] foram pensados para reconstruir uma economia totalmente diferente, a economia do lar, da família, da vizinhança, da comunidade... O lar, a família e a vizinhança *não* constituem uma economia alternativa. Eles são a economia CENTRAL (Cahn 2001).

Implicitamente, alguns ideólogos das moedas locais estão adotando uma versão amplamente utilizada das antíteses; eles tentam proteger seus próprios circuitos de contaminação pelas moedas correntes e pelo mercado usual de trocas.

Os banqueiros internacionais deram um passo complementar, insistindo em que os mercados se purguem por eles mesmos de contaminações particularistas. Por exemplo, para ser fiel ao Fundo Monetário Internacional, uma das primeiras coisas que meu sitiado país natal, a Argentina, teve que fazer ao reintegrar seus abatidos mercados na economia mundial foi purificá-los da contaminação das moedas locais que ali proliferavam.

Interpretações errôneas

As moedas locais não são apenas brinquedos atraentes, inventados e ineficientes. Elas representam todo um conjunto de transações econômicas que

recebem um tratamento similar: moedas de trabalho familiar, de trabalho doméstico, microcréditos, envios de dinheiro, trabalho de crianças, troca de doações e cuidados. O que conecta esses tipos de transações? As pessoas que as observam e, algumas vezes, mesmo seus participantes veem-nas a partir da premissa implícita de que existe uma economia real e que tudo o mais é periférico. A economia real, nessa mitologia, é o mercado de transações mediadas.

O que há de errado nessa visão? Várias coisas. Primeiro, em termos coletivos, tais transações não são triviais. Elas têm amplas consequências macroeconômicas, como ao gerar fluxos de envio de dinheiro dos países ricos para os países pobres, e ao transmitir riqueza de uma geração para outra. Como a transmissão intergeracional de riqueza demonstra, além disso, transações íntimas também criam ou sustentam desigualdades de larga escala em termos de classe, de raça, de etnicidade ou mesmo de gênero.

Vamos nos concentrar em dois erros cruciais nas premissas dualistas: o erro de *descrição* e o erro de *explicação*. Descritivamente, todo estudo próximo dos processos econômicos em nível humano mostram uma mistura de duas relações sociais aparentemente contraditórias: as assim chamadas racionais e as sentimentais. No caso das moedas locais, a produção, a distribuição e o consumo cruzam-se próximas de circuitos delimitados de laços interpessoais. De forma mais precisa, o que vemos não é uma dicotomização nítida entre esferas econômicas e não-econômicas, e sim múltiplas combinações de diferentes tipos de relações com variadas transações econômicas.

Como explicação, tanto as esferas separadas quanto os mundos hostis também falham. O relato sobre as esferas separadas coloca que diferentes processos causais operam dentro das duas diferentes economias. Mas as moedas locais já nos mostraram que, ao contrário, um estabelecimento muito semelhante de laços pessoais significativos está presente em todas as economias. O argumento dos mundos hostis invoca a teoria da contaminação. Mas, na verdade, a ampla proliferação de laços sociais diferenciados em circuitos monetários locais nos mostra justamente o contrário. Vemos o reforço e a coexistência contínua de laços impessoais e atividades econômicas.

Cuidados pessoais pagos

Algo similar ocorre nos debates sobre cuidados pagos. Na década passada, um grupo de analistas feministas de economia, filosofia, sociologia e advocacia dedicou-se a examinar detidamente a economia dos cuidados. Estudiosas excepcionais como a socióloga Paula England e as economistas Nancy Folbre

e Julie Nelson, junto com as pesquisadoras do campo jurídico Reva Siegel e Joan Williams, empreenderam sérios esforços para criticar os argumentos das esferas separadas e dos mundos hostis e apresentar alternativas justas e humanas de oferta de cuidados (ver Zelizer 2005b:299-304). Uma parte significativa dos debates concentrou-se no que diz respeito a esta economia. Questionando a idealização da oferta gratuita de cuidados, essas analistas avaliaram possibilidades e exploraram práticas reais em que pagamento e cuidados coexistiram de forma frutífera. Com isso, elas abandonaram as certezas rígidas sobre a corrupção causada pelo dinheiro em proveito de uma investigação detalhada tanto dos pagos quanto dos não-pagos. Também levantaram questões instigantes sobre equidade e propriedade em relação à recompensa e ao reconhecimento dos cuidados como uma contribuição crítica ao bem-estar social, colocando preocupações quanto à correta compensação de prestadores pagos, ao fornecimento adequado de cuidados para crianças, doentes e velhos, e à segurança econômica de prestadores não-pagos (ver Zelizer 2008a e 2008b).

Para os analistas dos mundos hostis, entretanto, cuidados pagos soam como o pior dos pesadelos. Vários observadores consideram que quando entra dinheiro nas relações entre esposos, pais e filhos, ou entre doadores e receptores de cuidados a intimidade inevitavelmente desaparece. Mas, como bem sabem todos aqueles que já responderam por um orçamento familiar, nenhum abismo real existe entre transações monetárias e o fornecimento de cuidados pessoais — cuidados com crianças, preparação de refeições, compra e administração de remédios, compras em geral, mesadas para crianças, presentes, compra de roupas etc. É realmente diferente quando se empregam membros de fora da família para prover cuidados pessoais para crianças, doentes ou velhos dentro das economias domésticas? Séculos de empregados domésticos, parteiras, enfermeiras, babás, cozinheiros e outros ajudantes domésticos sugerem que não. De qualquer modo, estudos extensivos recentes sobre cuidados pessoais pagos documentam a compatibilidade entre transações monetárias e cuidados pessoais atenciosos.

Mas a economia dos cuidados permanece polêmica, desvalorizada, sentimentalizada e amplamente incompreendida. Consideremos os cuidados pessoais oferecidos por não-profissionais em especial a crianças, velhos e doentes. O trabalho é peculiar porque se sobrepõe a serviços comumente prestados sem pagamento por parentes próximos e amigos. Ele é tipicamente não-regulamentado, tem baixo prestígio como trabalho, sendo algumas vezes gratuito e, em outras, objeto de escasso pagamento. Prestadores de cuidados sofrem penalidades econômicas sistemáticas na vida norte-americana; como Michelle J. Budig e Paula England (2001)

demonstraram, "a penalidade pela maternidade" no mercado de trabalho é de 7% para cada filho. Os salários de educadores de crianças pequenas e de prestadores de outros tipos de cuidados permanecem, enquanto isso, espantosamente baixos. Os especialistas estimam que a média de pagamento por hora de trabalho de prestadores de cuidados para famílias com crianças em 2001 foi de cerca de \$ 3.83, mais baixo, portanto, que o de empregados de estacionamentos e garçons (Nelson 2001). Esta quantia fica abaixo do salário mínimo legal estabelecido nos Estados Unidos para empregos regulares.

Qual é o problema com os cuidados e, especificamente, com aqueles que são pagos? Feitas as contas, cuidados pessoais são algo crucial na vida social; são o que mantém as pessoas vivas, traduzindo posições de mercado em bem-estar. De fato, exceto nos casos extremos de cuidados intensivos, os cuidados profissionais dependem em geral da colaboração eficaz e não-paga de pessoas da família àqueles que implementam programas de cuidado profissional. Quem garante, por exemplo, que as crianças doentes tomem seus remédios? Assim como na medicina são os enfermeiros que mantêm as pessoas vivas e confortáveis, nas zonas de cuidado profissional são membros não-pagos da família que se encarregam das tarefas mais pesadas de implementar as instruções recebidas dos profissionais (ver e.g. Cresson 1995; Armstrong & Armstrong 2005).

Vejam o que acontece, entretanto: o cuidado não é recompensado, ao contrário, é denegrido e marginalizado. As pessoas ficam enlouquecidas em relação aos cuidados pagos. O que explica essa bizarra economia? Mais uma vez, as pessoas estão se baseando no raciocínio das esferas separadas e dos mundos hostis, marcando as fronteiras entre as esferas de cuidados e as de mercado; e argumentando que o contato entre elas macularia ambas. Qual o resultado disso? Uma economia de cuidados degradada, marginalizada e mal paga. Estas são, realmente, dualidades perigosas.

Cada vez mais, as responsabilidades econômicas com cuidados têm se tornado importantes questões políticas e intelectuais. Com o crescimento da geração do *baby boom* e à medida que a maioria das mulheres nos Estados Unidos passou a fazer parte do mercado de trabalho, o cuidado com crianças, velhos e doentes entrou na agenda política nacional. Estamos diante, segundo Arlie Hochschild (1995:342), de uma crise de "déficit de cuidados". Como declarou Deborah Stone (2000:13) em um editorial da *Nation*: "Temos a Declaração de Direitos e temos os direitos civis. Agora precisamos do Direito ao Cuidado, e vai haver um movimento para isso."

Enquanto as questões legais ganham espaço, o debate continua encontrando as mesmas dificuldades, que aparecem cada vez que as pessoas

tentam pensar as relações entre atividades de mercado e obrigações sociais. O que vai acontecer, preocupam-se, se os cuidados pagos substituírem a assistência informal? O reconhecimento das contribuições econômicas das donas de casa vai transformar as famílias em minimercados impessoais? Como se pode chegar a uma avaliação financeira adequada da contribuição dos provedores de cuidados? Os subsídios às donas de casa vão aumentar as barreiras do gueto que as separa de outros trabalhadores?

Como realmente funciona o cuidado pago? Assim que olhamos mais de perto, encontramos pessoas misturando transações econômicas e cuidados. Pegue-se, por exemplo, o estudo de Deborah Stone (1999) sobre cuidados domésticos na Nova Inglaterra, que aponta para dois pontos de grande importância para a minha argumentação: 1) Um sistema monetário de pagamento altamente burocratizado para cuidados pessoais não produz de forma necessária uma relação fria e desumanizada entre o provedor e o receptor dos cuidados; 2) Os provedores de cuidados na verdade manipulam o sistema de pagamento para assegurar que possam fornecer os cuidados apropriados à relação. Embora não seja frequente criarem novas moedas, eles de fato redefinem os meios de pagamento.

Preocupada com os efeitos de transformar os cuidados em negócio lucrativo, Stone investigou como o seu financiamento e as mudanças nos cuidados médicos reestruturaram as práticas de cuidados. Entrevistando trabalhadores domésticos, ela descobriu um sistema de pagamento que compensava os provedores de cuidados exclusivamente corporais, e não pela conversação ou por outras formas de assistência e atenção pessoal. Ela também descobriu que os trabalhadores domésticos não se transformavam em agentes burocráticos sem sentimentos. Eles permaneciam, segundo o relato de Stone, "totalmente conscientes de que os cuidados domésticos de saúde são muito íntimos e pessoais" (Stone 1999:64; ver também Stone 2008).

Os provedores de cuidados que ela entrevistou incluíam enfermeiras, fisioterapeutas, terapeutas educacionais e empregados domésticos. Quase sem exceção, eles comentaram visitar clientes em seus dias de folga, comumente lhes levando compras ou os ajudando de outras formas. Segundo os enfermeiros e os empregados disseram a Stone, os conselhos da agência de emprego para que eles não se envolvessem emocionalmente com os clientes foram irrealistas: "Se você é humano", ou "se você tem alguma compaixão humana, você se envolve" (Stone 1999:66). Para negar um sistema de pagamento inadequado, os prestadores de cuidados domésticos definem essas assistências adicionais como amizade ou favor entre vizinhos. Ou simplesmente manipulam as regras, tratando, por exemplo, de outros problemas que

não os oficialmente contratados, ou mesmo cuidando da saúde da esposa do paciente. Como Stone observa, essas estruturas inadequadas de pagamento exploram a preocupação que os provedores de cuidados têm por seus pacientes. As entrevistas que ela fez demonstram de maneira conclusiva que os sistemas de pagamento monetário não anulam relações de cuidado.

Em resumo, Stone observou a criação de circuitos de fornecimento de cuidados interpessoais com valores, símbolos e práticas próprios. Circuitos de prestação de cuidados não são únicos. Circuitos similares com práticas monetárias próprias emergem de redes de parentesco, amizade e vizinhança, sem falar dos espaços domésticos.

Enfocando os cuidados com deficientes físicos, a pesquisadora britânica Claire Ungerson (1997) distinguiu cinco tipos de pagamento que aparecem comumente na Europa e na América do Norte: 1) financiamentos para cuidados pagos através da seguridade social ou de sistemas de impostos; 2) salários específicos pagos pelo Estado ou por agências estatais; 3) salários transferidos através de "pagamentos diretos" aos usuários de cuidados; 4) pagamentos simbólicos pagos por usuários de cuidados a parentes, vizinhos e amigos; e 5) pagamento de trabalho voluntário feito por organizações voluntárias e autoridades locais a voluntários.

Cada pagamento corresponde a relações diferentes, cada uma delas envolvendo negociações específicas entre doadores e receptores de cuidados; elas diferem também quanto ao grau de obrigatoriedade legal que os acordos entre doadores e receptores de cuidados impõem. Ungerson documenta, por exemplo, negociações de pagamentos simbólicos entre pacientes acidentados e seus provedores de cuidados. Esses pacientes geralmente transformam os magros benefícios que recebem para cobrir os custos de vida dos deficientes em compensações a seus parentes pelos cuidados prestados. Ela conta o caso da sra. Bolton, uma paciente acidentada, insistindo em que "assim que ela recebesse os benefícios a que tinha se candidatado, começaria a pagar sua filha pelos serviços prestados". Ouçam a explicação dada pela sra. Bolton:

Eles ofereceram os cuidados, e eu disse "bem, e se eu receber algum dinheiro que possa ajudar a pagar por isso? Pelos serviços de limpeza e coisas assim?". Eu disse que pagaria a eles como se tivesse alguém trabalhando para mim, vocês sabem. Naturalmente eles disseram "Não ouse fazer isso, mãe!". Eu respondi: "Bem, mas o dinheiro é para isso". Susan disse: "Eu não o aceitaria", [...] eu respondi: "Você deveria aceitá-lo, do contrário, eu terei alguma outra pessoa em casa, algo que não quero ter — antes ter minha própria família" (Ungerson 1997:371).

Da mesma forma, outra paciente, a sra. Aldington, contou:

Bem, Maureen [filha] cozinha tanto para mim que obviamente eu lhe dou dinheiro. Quando Linda [nora] lava roupas para mim, pago o sabão em pó. Elas protestam, mas... não vou ficar dependente delas (Ungerson 1997:372).

Algumas vezes essas economias informais se rompem. Um casal, aborrecido com o fato de que as visitas de cuidados de sua filha eram perturbadas pelos filhos adolescentes "bagunceiros" desta, disseram a Ungerson que suspenderam as 20 libras que lhe davam semanalmente e pegaram de volta o carro que lhe tinham dado (para uma boa visão dos arranjos de "cuidados por dinheiro" na União Europeia, ver Ungerson & Yeandle 2007).

O retorno dos mundos hostis

Apesar da poderosa evidência da mistura entre solidariedade pessoal e pagamentos monetários, os críticos da mercantilização frequentemente têm interpretado o pagamento pela prestação de serviços de cuidado como uma séria ameaça à solidariedade interpessoal. Mesmo as feministas preocupam-se com isso. Como comenta Julie Nelson, muitas se perguntam:

Será apropriado aplicar "valores de mercado" aos trabalhos de prestação de cuidados? Será que as demandas por pagamentos monetários mais altos não impõem apenas regras masculinas de mercado e comercialização? Será que asseguramos para nós um nível "real" mais alto de cuidados caso o trabalhador escolha esse trabalho quando poderia estar ganhando mais dinheiro em outro lugar? Não seria ofensivo, em um nível humano e relacional, *pagar* alguém (por exemplo, um parente adotivo) por fornecer amor e afeto? Um pagamento mais alto não retiraria os elementos emocionais e interpessoais que supomos existir normalmente nesses trabalhos e que fazem o receptor se sentir realmente "cuidado"? (Nelson 1999:43-44).

Mais uma vez os críticos estão errados. Erram tanto em termos da descrição do que realmente acontece nos sistemas de cuidados pagos, quanto em explicar por que acontece. A observação desses cuidados não revela duas esferas radicalmente diferentes, uma antissepticamente econômica e outra reconfortantemente sentimental. Descobrimos, ao invés, uma economia variada dos cuidados, com múltiplas combinações entre pagamento e laços de intimidade. Explicações causais dualísticas também não dão conta do que ocorre. Ao contrário dos argumentos sobre as esferas separadas, o mundo não se separa em dois processos causais contrastantes, um para cada domínio. Ao contrário do que dizem as doutrinas dos mundos hostis, o contato entre os dois tipos de atividade não faz com

que um contamine inexoravelmente o outro. Como no caso das moedas locais, encontramos pessoas criando relações sociais bem delimitadas e marcadas, com distintos pagamentos, símbolos e sentidos compartilhados.

Entretanto, disputas sobre cuidados aparecem com frequência nas cortes de justiça. Nos Estados Unidos, por exemplo, relações de cuidado tornam-se questões de disputa legal recorrentemente em duas situações de herança. Na primeira, quando um casal viveu junto em concubinato, sem se casar, um dos parceiros morre deixando os bens para o companheiro, e os parentes contestam o testamento alegando que a relação era corrompida. Qualquer cuidado envolvido é redefinido então como influência indevida e, portanto, questionável. Em um segundo tipo de contestação de testamento, alguém que cuidou de um doente ou de um idoso que faleceu, sem ligação sexual, recebe um legado que passa a ser contestado pelos outros herdeiros (ver Zelizer 2005b:193-208).

Um exemplo ocorrido em 2001 envolveu a contestação do testamento de W. J. Passmore, morador de Arkansas, que morreu sem filhos e sem se casar em junho de 1998. Em um testamento de 1995, quando ainda estava se recuperando de um acidente, Passmore declarou Lois Branscum, seu companheiro por 30 anos, que cuidou dele diariamente, como seu único herdeiro. Após sua morte, seus nove sobrinhos e sobrinhas contestaram o testamento, alegando que Branscum exerceu uma influência indesejável sobre o tio e que este não tinha capacidade testamentária. Enquanto o juiz de primeira instância concordou com estas objeções, rejeitando o testamento, uma corte de apelação, em 27 de junho de 2001, reviu a decisão e recolocou Branscum como herdeiro legítimo (*Branscum v. Passmore*, 2001 Ark. App. LEXIS 533).

Note-se em ambos os casos o levantamento de suspeitas sobre as relações de cuidado. Não se trata de questionar a qualidade dos cuidados, mas quem os forneceu e se esta pessoa tinha o direito legal de fazê-lo. Embora os contendores geralmente invoquem argumentos sobre esferas separadas e mundos hostis, a realidade que eles contestam refuta as duas doutrinas.

Delimitando fronteiras

Estes argumentos parecem reproduzir uma análise econômica convencional disfarçada sob uma roupagem feminista. Gary Becker (1991), Richard Posner (1997) e outros tentaram na verdade incorporar as relações domésticas à economia neoclássica, tratando atividades como o namoro e o cuidado de crianças como resultados de uma maximização deliberada. Esta perspectiva, obviamente, apaga as distinções entre o mundo do mercado e o mundo do sentimento. Aqui, tudo é reduzido à escolha racional em meio a constrangimentos específicos.

Ao contrário, a visão que estou defendendo insiste, em primeiro lugar, no fato de que nenhuma relação de mercado, de qualquer tipo, existe sem a infraestrutura de instituições ou sem a presença de compreensões compartilhadas. Mais importante ainda, para nossos fins, é o reconhecimento de que as pessoas estão constantemente criando circuitos distintos de transações econômicas, meios de pagamento e relações sociais. Elas conectam esses circuitos por meio de símbolos, práticas e ideologias, incluindo a ideologia dos mundos hostis. À medida que constroem esses circuitos, as pessoas na verdade constroem distinções morais e de poder. Não importa se olhamos para as esferas da produção, do consumo ou da distribuição, pois sempre encontramos pessoas criando diferentes circuitos de relações sociais significativas. Isto se aplica tanto a corporações, empresas, famílias, microcréditos e envios de dinheiro para o país natal, quanto a moedas locais e cuidados pessoais.

A suposta divisão entre os mundos do sentimento e da racionalidade; do mercado e da esfera doméstica; do masculino e do feminino fomenta um trabalho de poder e de exclusão, mas não acrescenta nada à análise dos processos econômicos.

No caso das moedas locais, vemos pessoas tomando grande cuidado para definir as fronteiras entre participantes elegíveis e não-elegíveis, meios de pagamento autorizados e não-autorizados, mercadorias e serviços apropriados ou inapropriados e, de forma mais geral, entre transações econômicas que pertencem ou não a seus circuitos autorizados de laços interpessoais. Os participantes geralmente usam ideias de esferas separadas e mundos hostis quando definem as fronteiras entre dentro e fora. Ao fazer isso, estão realizando um sério trabalho moral, político e econômico. Estão assegurando a diferenciação efetiva das instituições que estão produzindo e operando.

Da mesma forma, participantes de circuitos de cuidados pessoais prodigalizam atenções para definir fronteiras entre provedores, receptores e monitores corretos e incorretos e para testemunhar cuidados atenciosos. Como nos circuitos de moedas locais, eles agrupam meios, transações e laços interpessoais em conjuntos distintos: cônjuges; irmãos; amantes; pai/filho; padre/paroquiano; babá de criança/criança; empregado doméstico/vítima de Alzheimer; e médico/enfermeiro/paciente.

E muitos mais. Cada conjunto de laços diferenciados incorpora seu próprio conjunto de significados, símbolos, práticas e códigos morais. Malditos os que transgridem as fronteiras convencionais, por exemplo, convertendo os laços entre padres e paroquianos em ligações sexuais; laços entre psiquiatras e pacientes em exploração financeira; ou ajuda em questões domésticas em demanda por direitos de propriedade. Eles se arriscam a resistências, opróbrio, ostracismo, perseguição ou às penas da lei.

Estes exemplos levantam meu último ponto. De forma alguma as convenções que governam as relações interpessoais são justas, equânimes, socialmente benéficas ou satisfatórias para seus praticantes. O fato de que as pessoas que defendem essas convenções invoquem doutrinas de esferas separadas e mundos hostis para apoiar seus casos não valida essas doutrinas nem justifica as convenções. Disputas em torno das fronteiras corretas entre relações interpessoais diferenciadas envolvem interesses genuínos por justiça, igualdade, satisfação e benefício social. Deveríamos encarar essas grandes questões diretamente, com uma compreensão clara sobre como funcionam, ao invés de mistificá-las através de dualidades perigosas.

Recebido em 30 de janeiro de 2009

Aprovado em 27 de março de 2009

Traduzido por Maria Barroso Hoffman

Viviana A. Zelizer é professora de sociologia na Universidade de Princeton.
E-mail: <vzelizer@princeton.edu>

Notas

* Este artigo é uma visão revista da palestra de abertura na Radcliffe Conference sobre "Mulheres, Poder e Dinheiro", em Cambridge, Massachusetts, realizada em outubro de 2002.

¹ O problema na verdade é ainda mais interessante porque os administradores e as cortes americanas tiveram que decidir como definir relações que extrapolam as fronteiras americanas. Imelda Reyes, por exemplo, perdeu seu companheiro Leobardo Lopez, pai de seus dois filhos, que tinha trabalhado para a Windows of the World. Em sua cidade natal, Puebla, no México, a relação de nove anos entre Reyes e Lopez seria legalmente qualificada como uma união estável e, por isto, habilitaria Reyes a receber benefícios. Nova York, contudo, não reconhece a legalidade das uniões estáveis. Além disso, Lopez ainda não tinha finalizado seu divórcio da primeira esposa. Como o *New York Times* (de 27 de junho de 2002: B1, 4) observou, Kenneth R. Feinberg, o administrador do Victim Compensation Fund, enfrentou múltiplos dilemas neste caso: "quem é a esposa, quantos dependentes existem e que lei se aplica?" (B4; ver também Feinberg 2005).

² <http://www.womanshare.com/intro.html> Womanshare: A NYC Cooperative Skill Bank. 2009. Acesso em 29 de janeiro de 2009.

Referências bibliográficas

- ARMSTRONG, Pat & ARMSTRONG, Hugh. 2005. "Public and private: implications for care work". In: Lynne Pettinger *et alii* (eds.), *A new sociology of work?* Oxford: Blackwell. pp. 169-187.
- BAYON, Denis. 1999. *Les S.E.L. Systèmes d'échanges locaux. Pour un vrai débat*. Levallois-Perret: Yves Michel.
- BECKER, Gary. 1991. *A treatise on the family*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- BLANC, Jérôme. 2006. "Introduction générale. Les monnaies sociales: un outil et ses limites". In: Jérôme Blanc (ed.), *Exclusion et liens financiers. Monnaies sociales. Rapport 2005-2005*. Paris: Economica. pp. 11-23.
- BUDIG, Michelle J. & ENGLAND, Paula. 2001. "The wage penalty for motherhood". *American Sociological Review*, 66:204-25.
- CAHN, Edgar S. 2001. "On LETS and time dollars". *International Journal of Community Currency Research*, 5; <http://www.geog.le.ac.uk/ijccr/5no2.html>.
- CHEN, David W. 2002. "Lure of millions fuels 9/11 families' feuding". *The New York Times*, June 17, Section A:1.
- CERVINI, Michael. 2004. Personal communication, July 13.
- CRESSON, Geneviève. 1995. *Le travail domestique de santé*. Paris: L'Harmattan.
- FEINBERG, Kenneth R. 2005. *What is life worth?* New York: Public Affairs.
- ELLEINER, Eric. 1999. "Conclusions – the future of national currencies?". In: Emily Gilbert & Eric Helleiner (eds.), *Nation-states and money: the past, present and future of national currencies*. London: Routledge. pp. 215-229.
- _____. 2000. "Think globally, transact locally: green political economy and the local currency movement". *Global Society*, 14:35-51.
- HIRSCHMAN, Albert. 1977. *The passions and the interests. Political arguments for capitalism before its triumph*. Princeton: Princeton University Press.
- HOCHSCHILD, Arlie Russell. 1995. "The culture of politics: traditional, post-modern, cold-modern, and warm-modern ideas of care". *Social Politics*, 2:331-46.
- KAUFMAN, Michael T. 1993. "Trading therapy for art to forge a community". *The New York Times*, May 19.
- KUTTNER, Robert. 1996. *Everything for sale*. New York: Knopf.
- LAACHER, Smaïn. 1999. "Nouvelles formes de sociabilités ou les limites d'une utopie politique: L'exemple des systèmes d'échange locale (SEL)". *International Journal of Community Currency Research* 3; www.geog.le.ac.uk/ijccr/3no2.html.
- LANE, Robert. 2000. *The loss of happiness in market democracies*. New Haven: Yale University Press.
- MCCLOSKEY, Deirdre Nansen. 2008. "Mr. Max and the substantial errors of manly economics". *Econ Journal Watch*, 5:199-203.
- NELSON, Julie A. 1999. "Of markets and martyrs: is it ok to pay well for care?". *Feminist Economics*, 5:43-59.
- _____. 2001. "Why are early education and care wages so low?: a critical guide to common explanations". *Foundation for child development*, Working Paper. <http://www.ffcd.org/ourwork.htm>
- _____. 2006. *Economics for humans*. Chicago: University of Chicago Press.

- NORTH, Peter. 2007. *Money and liberation. The micropolitics of alternative currency movements*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- PERROT, Etienne. 1999. "La compensation des dettes de SEL". In : Jean-Michel Servet (ed.), *Exclusion et liens financiers*. Paris: Economica. pp. 384-91.
- PIERRET, Dorothee. 1999. "Cercles d'échanges, cercles vertueux de la solidarité. Le cas de l'Allemagne". *International Journal of Community Currency Research*, 3; www.geog.le.ac.uk/ijccr/3no2.html.
- POSNER, Richard A. 1997 [1992]. *Sex and reason*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- RIFKIN, Jeremy. 2000. *The age of access: the new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-up experience*. New York: Jeremy P. Tarcher/Putnam.
- RIZZO, Pantaleo. 1999. "Réciprocité indirecte et symétrie: l'émergence d'une nouvelle forme de solidarité". In : Jean-Michel Servet (ed.), *Exclusion et liens financiers*. Paris: Economica. pp. 401-408.
- SERVET, Jean-Michel (ed.). 1999. *Une économie sans argent: les systèmes d'échange local*. Paris: Seuil.
- STONE, Deborah. 1999. "Care and trembling". *The American Prospect*, 43:61-67.
- _____. 2000. "Why we need a care movement". *The Nation*, pp. 13-5, March 13.
- _____. 2008. *The samaritan's dilemma*. New York: Nation Books.
- UNGERSON, Claire. 1997. "Social politics and the commodification of care". *Social Politics*, 4:362-81.
- UNGERSON, Clare & YEANDLE, Sue. 2007. *Cash for care in developed welfare states*. New York: Palgrave Macmillan.
- TILLY, Charles. 1984. *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage Foundation.
- ZELIZER, Viviana A. 2005a. "Circuits within capitalism". In: Victor Nee & Richard Swedberg (eds.), *The economic sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press. pp. 289-322.
- _____. 2005b. *The purchase of intimacy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- _____. 2008a. "L'économie du care". *Revue Française de Socio-Économie*, 2:13-25.
- _____. 2008b. "La rémunération des services d'aide à la personne". *Retraites et sociétés*, 53:14-19.

Resumo

Pesquisadores da vida social tendem a dividir o mundo em esferas separadas — porém mutuamente “contaminantes” — de transações racionais de mercado e relações sociais pessoalizadas. Tais dicotomias não só distorcem a explicação de como a atividade econômica de fato opera, como também servem para desvalorizar atividades como a produção doméstica, o trabalho de cuidar, o micro-crédito e, de forma geral, o trabalho das mulheres. Focalizando casos de surgimento de moedas locais e de ajuda pessoal paga, o artigo argumenta que a atividade econômica e os laços interpessoais se misturam regularmente e, de fato, muitas vezes se reforçam mutuamente. O trabalho também argumenta que as atividades econômicas ditas periféricas são, coletivamente, tão significantes quanto os fenômenos econômicos supostamente mais “reais” das firmas e das corporações.

Palavras-chave Mercados, Relações Sociais, Moedas Locais, Cuidado Pessoal

Abstract

Students of social life have often split the world into separate and mutually contaminating spheres of rational market transactions and personalized social relations. Such dichotomies not only fail to describe and explain how economic activity actually operates but serve to devalue activities such as household production, caring labor, microcredits, and women's work in general. Focusing on the cases of local currencies and paid personal care the paper argues that economic activity and interpersonal ties regularly mingle and in fact often mutually reinforce each other. It also contends that such allegedly peripheral economic activities are collectively as significant as the supposedly more “real” economic phenomena of firms and corporations.

Key words Markets, Social Relations, Local Currencies, Personal Care